



CAPÍTULO 13

FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS NO PLANALTO CENTRAL: A ATUAÇÃO JUNTO A POVOS INDÍGENAS⁴

João Paulo Siqueira
Mariana Bernardes de Araújo
Nathália da Silva Soares Alves
Maria Luiza Macêdo
Lorrana Nunes Sousa
Emilly Fátima Ferreira de Lima
Jaqueline Medeiros S. Calafate

RESUMO

Este trabalho buscou averiguar se há formação para atuação com populações étnico raciais nas 13 faculdades e universidades de Psicologia do Distrito Federal (Brasil). Na primeira etapa foram mapeadas as produções bibliográficas sobre essa temática nas bases de dados SciELO, BVS-Psi, Portal Capes e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, sendo localizados apenas 5 trabalhos. Na segunda, foi realizado um levantamento dos currículos acadêmicos e das ementas dos cursos, resultando em 23 disciplinas, com apenas 2 que tratavam diretamente do tema em questão. Quanto ao corpo docente, apenas 14% dos 81 profissionais possuíam em seus currículos lattes indicadores de envolvimento com temática indígena. Diante dos resultados, observa-se uma dissonância entre referenciais teóricos e a realidade brasileira e a necessidade de construção de uma formação decolonial, que possibilite a este profissional a tentativa de um diálogo transcultural junto a estas populações.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Avaliação do currículo. Formação profissional. Relações étnicas.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo discutirá a formação de psicólogos no Planalto Central. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico das produções sobre a intersecção entre formação em psicologia e atuação junto a povos indígenas. Posteriormente, verificou-se junto aos currículos de graduação em Psicologia a presença de discussões étnico-raciais bem como análise do corpo docente destas instituições. Trata-se de um trabalho resultante das discussões produzidas pelo PET-Psicologia da UnB, o qual procurou problematizar a precariedade da formação de psicólogos e a escassez de trabalhos publicados a esse respeito.

Considera-se que discutir a formação em psicologia a partir desses temas é indispensável para se pensar a atuação deste profissional junto a populações vulnerabilizadas e negligenciadas historicamente por essa área do saber. A presença de psicólogos nos territórios

⁴ Programa Educação Tutorial – Ministério da Educação.



indígenas tem crescido consideravelmente nos últimos anos. Segundo o sistema interno da Secretaria Especial de Saúde Indígena, em maio de 2020 já totalizavam 94 profissionais distribuídos em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígena - DSEI. Nesse sentido, é necessário refletir sobre o preparo deste profissional e se a sua formação tem sustentado - mesmo que epistemologicamente - sua atuação nesses contextos. Sendo assim, os cursos ofertados no DF servirão de recorte (amostra representativa) para ser pensada essa questão.

Para esta discussão, considerou-se relevante apresentar a construção da psicologia enquanto domínio teórico-prático no âmbito social-comunitário e como esta se incorporou a políticas públicas de atenção aos indígenas. A pesquisa objetiva trazer a perspectiva decolonial como crítica epistemológica à psicologia enquanto campo de produção de saber e também de práticas. Para tanto, se iniciará com uma perspectiva histórica do campo comunitário da psicologia.

A Psicologia Social nasce na década de 50 nos Estados Unidos e na Europa, com o passar dos anos surgiram críticas a este novo campo de atuação. A abordagem pragmatista e positivista norte-americana foi, em especial, duramente criticada devido a sua carga ideológica favorável às classes dominantes e sua construção teórica limitada a condições sócio-históricas específicas, que impediam sua transposição em outros contextos. A falta de compreensão dos sujeitos como produtos histórico-sociais tornou a Psicologia uma ciência reprodutora dos ideais de grupos dominantes, devido a falta de criticidade frente a realidade social brasileira, reproduzindo assim, uma prática voltada, exclusivamente, para os interesses das elites com teorias tidas como universais (LANE, 1984).

O nascimento da Psicologia Social na América Latina se deu por meio da importação de teorias europeias e norte-americanas. A partir da década de 70, se iniciou a “crise da psicologia social” marcada pela indefinição do que seria essa área e a dificuldade de aplicar tais teorias na realidade do povo brasileiro. Como consequência desta crise surgiram novos caminhos para a Psicologia Social na América Latina com maior intercâmbio teórico interno e uma maior criticidade frente aos problemas locais juntamente com incentivo a construções teóricas contextualizadas. Começa-se, a partir disso, a construção de um novo paradigma latino-americano neste campo e o surgimento de iniciativas comprometidas com as classes populares (OZELLA, 1996).

Lane (1984) disserta sobre o desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil, em que houve maior aproximação com públicos marginalizados e as maiorias populares, incorporando



o caráter comunitário a essa área da psicologia. Com o desenvolvimento analítico sobre as questões populares, psicólogos sociais foram instigados à transformação social, mobilizando-se para a deselitização da área e aproximação com a realidade concreta do Brasil.

Dentre as diversas modificações que a Psicologia Social trouxe, destaca-se a inserção do debate étnico-racial na psicologia enquanto ciência e profissão. Porém, algumas áreas do conhecimento como as ciências sociais já têm estudado essa temática há mais tempo, sendo, dessa forma, imprescindível fazer uso do conhecimento sociológico e antropológico para uma análise crítica, interdisciplinar e melhor embasada.

A diversidade étnico-racial brasileira já foi alvo de muito debate, sendo por muito tempo romantizada e colocada em termos de identidade nacional no discurso de democracia racial cunhado por Gilberto Freyre. Contudo, na segunda metade do século XX, essa ideia foi fortemente rechaçada por cânones do pensamento social brasileiro, como Lélia González e Florestan Fernandes, os quais apontam para uma evidente desigualdade estrutural entre brancos e não-brancos na realidade brasileira (GUIMARÃES, 2001).

Entretanto, segundo Fanon (2008), a assimetria estrutural entre grupos sociais é uma característica marcante em todo sul-global, uma vez que suas histórias foram atravessadas pelo horror da colonização europeia contra as populações originárias. Esta relação assimétrica, ou racismo, constitui, permeia e organiza todas as relações sociais modernas.

Ainda que, atualmente, o Estado brasileiro reconheça as categorias étnico-raciais enquanto determinantes sociais em saúde e que promova políticas públicas de atenção à saúde desses grupos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), pouco foi feito para reparar essas mazelas, frutos da colonialidade (DAMASCENO; ZANELLO, 2018).

Tais consequências podem ser observadas no impedimento ao acesso e na quase inexistência de profissionais capacitados para demandas que exijam uma prática intercultural, que promova um encontro de saberes entre o científico e o tradicional. Neste sentido, há um despreparo para atuação que leve em conta a diversidade de cosmogonias, respeitando as populações negras e indígenas a partir de suas especificidades (DAMASCENO; ZANELLO, 2018; BATISTA; ZANELLO, 2016).

A aproximação da Psicologia Social brasileira com as populações indígenas, especificamente, teve início no começo dos anos 2000, a partir de influências estatais e com a publicação da Portaria 2.759/2007, a qual estabelece diretrizes gerais para uma Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas. Nesse período, o Estado passou a



dar mais atenção para as temáticas de saúde mental e no contexto da saúde dos povos indígenas (SOUSA, 2018).

Tal interesse surgiu quando questões como uso excessivo de álcool e outras drogas e o alto índice de suicídio passaram a ser temas de destaque nas mídias e em organismos internacionais (BATISTA; ZANELLO, 2016). Tornando urgente a problematização das práticas psicossociais tradicionalmente utilizadas no enfrentamento dessas situações por profissionais de psicologia (FERRAZ; DOMINGUES, 2016).

A publicação da Portaria 2.759/2007 impulsionou a entrada de psicólogos na saúde indígena e estabeleceu diretrizes para uma construção coletiva com os movimentos sociais, lideranças indígenas e a comunidade acadêmica na criação de intervenções e alternativas para abordar as questões relacionadas ao campo da saúde mental. Além disso, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) estava sendo ampliada, sobretudo nos interiores próximos às terras indígenas (TI) ou com grande concentração de indígenas municipais, sendo com isso, fortalecido o atendimento à saúde mental na atenção básica (SOUSA, 2018).

Embora haja uma abertura para a atuação de psicólogos nas realidades supracitadas, faz-se necessário problematizar se esses profissionais têm acesso a uma formação que abranja os conhecimentos e atuação junto a povos indígenas. Nesse sentido, Batista e Zanello (2016) questionam alguns pressupostos que fundamentam intervenções da psicologia, como o conceito de saúde mental que, embora tão basal, trata-se de um conceito localizado no ocidente e que se entende como universal, podendo com isso, resultar em uma atuação psicopatologizante dos sujeitos indígenas.

Ferraz e Domingues (2016) realizaram uma pesquisa buscando apreender o estado da arte nas produções da área de psicologia sobre povos indígenas. Concluíram que houve um aumento do interesse da psicologia por essa população nos últimos anos. As autoras ressaltam que dentre os referenciais teóricos dos artigos encontrados, houve poucas produções específicas da área da Psicologia. Esses resultados mostram como as teorias psicológicas são majoritariamente voltadas para a cultura ocidental, tornando o trabalho e a pesquisa junto aos indígenas um desafio.

A interdisciplinaridade é vista como muito relevante para a superação dos limites da Psicologia e em especial o diálogo entre psicologia e antropologia, essa interface entre as duas áreas buscaria construir abordagens que elenque a centralidade da cultura na construção de subjetividades (FERRAZ; DOMINGUES, 2016).



As pesquisas apresentadas discutem teorias sobre a origem da problemática da escassez de produções acadêmicas, o currículo foi apontado como uma delas (BATISTA; ZANELLO, 2016). Kawakami (2019) nos alerta sobre os perigos ideológicos dos currículos e a necessidade de criticidade na construção dos mesmos. Tendo em vista a primordialidade de combate ao problema em sua origem, a formação em psicologia se tornou foco de análise do estudo em pauta.

Nesse sentido, o presente artigo busca refletir sobre a formação de psicólogos por meio de diferentes vias: a produção teórica sobre a formação, o currículo orientador da graduação e os docentes que ministram o curso de psicologia. A literatura aponta uma formação deficitária, limitada e permeada por saberes hegemônicos, a pesquisa buscou averiguar tal apontamento no contexto dos cursos de psicologia do DF. É essencial que haja uma discussão sobre a educação desses profissionais, pois esta se reflete em sua atuação. A busca por uma educação crítica e decolonial se alia ao esforço de oferecimento de serviços de saúde contextualizados com a realidade brasileira.

2. MÉTODO

Neste trabalho, optou-se por uma pesquisa de natureza quantitativa-qualitativa. A análise qualitativa se aplica a uma variedade de pesquisas nas áreas sociais e humanas por ser uma análise que busca dar sentido aos dados obtidos.

A ferramenta metodológica utilizada para examinar os dados foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009), podendo esta ser utilizada para uma variedade de tipos de dados como relatos transcritos, observações e documentos. A pesquisa em questão foi constituída por uma análise documental de currículos acadêmicos de psicologia, currículos de docentes e artigos. Bardin (2009) explana que a análise de conteúdo é realizada a partir de três etapas: pré análise, exploração do material e tratamento dos dados. A pré análise é formada por uma leitura flutuante dos dados coletados, seleção do que se deseja analisar e formulação inicial de hipóteses e objetivos. A fase de exploração do material é marcada pela codificação e categorização do material selecionado, que pode ser realizada a partir de diferentes critérios condizentes com a finalidade da pesquisa. A etapa final, tratamento dos dados, é concretizada com a interpretação dos mesmos, podendo ser feita a partir de inferências.

Para realização da análise e discussão sobre os currículos dos cursos de graduação em psicologia do Distrito Federal (DF), foram levantadas publicações (artigos, teses e dissertações) que tratassem de assuntos correlacionados à formação em Psicologia frente à atuação com



povos indígenas. Também foram analisadas as ementas para verificação da base epistêmica utilizada para estas discussões. Por fim, houve o levantamento do corpo docente dos cursos e suas respectivas formações, por meio da análise dos currículos disponibilizados na Plataforma Lattes. Esta foi uma pesquisa exploratória - pois, conforme constatado, não há levantamentos realizados especificamente a esse respeito- e, também, não probabilística - por ter abrangência apenas da região do DF.

A revisão sistemática de literatura científica em questão utilizou as plataformas virtuais: SciELO (scielo.org.br), Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia Brasil - BVS-Psi (bvs-psi.org.br), Portal Capes (periodicos.capes.gov.br) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) (bdtd.ibict.br).

Para definição do período de busca para este levantamento, foi utilizado o ano de aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de psicologia, em 2001, o qual foi um movimento resultante de um país pós constituinte, dando início ao debate das bases curriculares em psicologia. O ano de produção deste artigo (2020) foi utilizado como período limite.

O levantamento bibliográfico se dividiu em três fases, a saber: 1) Levantamento de artigos na SciELO Br; 2) Levantamento de artigos na BVS-Psi; 3) Levantamento de Teses e Dissertações por meio da Capes e BDTD. Essas etapas foram realizadas entre os meses de abril/2020 e julho/2020.

Os descritores utilizados para realização das pesquisas nas bases de dados buscaram abarcar quatro principais grupos temáticos: 1) Psicologia; 2) Currículo; 3) Indígenas; 4) Decolonialidade. Para alcançar maiores resultados, palavras semelhantes em significado foram adicionadas nos grupos. Foram utilizados quatro grupos de descritores de acordo com as especificidades das plataformas digitais investigadas. A plataforma BVS-psi não contou com o primeiro grupo (Psicologia) por ser uma base de dados exclusiva de artigos dessa área do conhecimento e tampouco com os descritores do grupo de Decolonialidade, já que a busca não retornou resultados. Os descritores utilizados em cada base de dados podem ser consultados na Tabela 1.



Tabela 1: Estratégias de Busca por Base de Dados.

Plataformas	Descritores utilizados
SciELO Br	Psic* AND (currículo OR ensino OR formação OR graduação) AND (índios OR indígenas OR ameríndios) AND (cultural OR etnopsi* OR decoloni* OR antropologia)
BVS-Psi	(índios or indígenas or ameríndios) [Palavras] and currículo OR ensino OR formação OR graduação [Palavras]
BDTD e Periódicos da CAPES	Psic* AND (currículo OR ensino OR formação OR graduação) AND (índios OR indígenas OR ameríndios) AND (cultural OR etnopsi* OR decoloni* OR antropologia)

Fonte: Elaboração própria.

Os critérios de exclusão foram: artigos que aparecem em mais de uma base bibliográfica, sendo incluído apenas o primeiro resultado da pesquisa; produções que não se referiam a discussões sobre a formação dos psicólogos frente a questões étnicas/culturais, ou se referiam apenas a questões sobre o ensino da psicologia sem relação com o tema em específico deste trabalho. Após a implementação dos critérios de exclusão poucos resultados foram obtidos, em função disso foram posteriormente incluídos artigos que apesar de não tratar diretamente do curso de psicologia, dissertavam sobre temáticas relevantes para um olhar clínico na saúde indígena e para uma revisão epistemológica das teorias dentro das universidades, discussões profundamente relacionadas com a temática da pesquisa em questão.

O levantamento das informações das universidades e faculdades do Distrito Federal foi realizado por três vias: 1) site oficial da instituição; 2) meios de comunicação oficial da instituição (telefones fixos e e-mail institucional); 3) Redes sociais e perfis oficiais das instituições (perfis institucionais, coletivos, centros acadêmicos, entre outros). O tempo definido para contato foi de três meses e não havendo retorno dentro desse prazo, foram suspendidas as tentativas e as instituições classificadas como “sem resposta”. Nos casos de escolha pela não participação (restrições na disponibilização dessas informações ou necessidade de solicitar a autorização de instâncias superiores), elas foram classificadas como “não disponibilizadas”.

Para realizar a análise das informações obtidas no levantamento de currículos e ementas, inicialmente, foi feita uma leitura integral das grades curriculares. Durante a pré-análise, foram excluídas as disciplinas não conectadas diretamente com a modalidade de ensino teórico, tais quais disciplinas de estágio, monografia, pesquisa, extensão e atividades complementares. As disciplinas que não apresentavam em seu nome a mínima conexão com conteúdos étnico-raciais e/ou antropológicos foram excluídas da amostra. Logo após, as ementas das disciplinas pré-



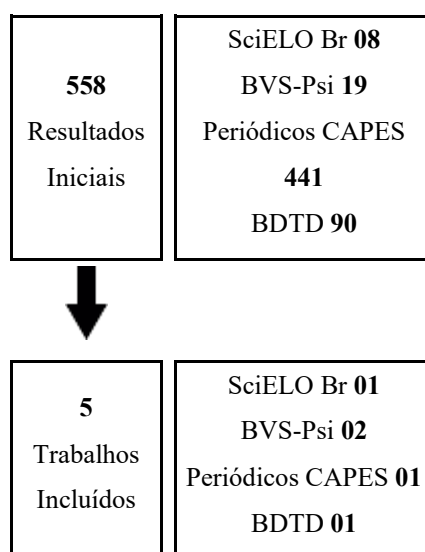
selecionadas na etapa anterior foram analisadas com maior profundidade para verificar se existia alguma relação com a temática. A análise destas disciplinas levou em consideração os seguintes aspectos: objetivos; período no qual esta é ofertada dentro do fluxo curricular; bibliografia e autores recomendados; disposição da questão indígena abordada diretamente ou transversalmente; necessidade de pré-requisitos e última atualização da ementa e da bibliografia. Após considerar os aspectos citados na análise, excluiu-se mais disciplinas, resultando na amostra final.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Levantamento de publicações

As pesquisas realizadas com os três grupos de descritores, como elucidado na Tabela 1, resultaram em 558 resultados iniciais, e sem repetição entre as plataformas elencadas. A Figura 1 apresenta em detalhes a quantidade de resultados e trabalhos incluídos em cada base de dados.

Figura 1: Resultados das buscas e quantitativo dos trabalhos incluídos.



Fonte: Pesquisas nas bases de dados. Elaboração própria.

A baixa quantidade de trabalhos incluídos pode ter relação com as próprias redes de compartilhamento de produções, já que os autores podem utilizar repositórios gerais ou repositórios específicos das instituições acadêmicas, porém ambos podem trazer complicações. Os repositórios gerais, como por exemplo as plataformas utilizadas (SciELO, BVS-Psi, Capes e BDTD), possuem diferentes filtros de busca, o que pode tornar o processo de envio de produções confuso e bastante diversificado, já que os próprios temas demandam diferentes tipos de classificação. Quanto aos repositórios específicos, é possível perceber que algumas instituições não possuem os seus próprios sites de publicação, e caso possuam, muitas vezes encontram-se desatualizadas.



A seleção dos trabalhos relevantes para esta pesquisa foi realizada a partir da leitura minuciosa dos resumos de todos os artigos, dissertações e teses encontrados. Após esse processo, foram incluídos cinco trabalhos de diferentes naturezas: um relato de estágio/extensão universitária realizado junto aos Mbyá Guarani de São Paulo (GUIMARÃES *et al.*, 2019); uma pesquisa exploratória que busca analisar o perfil, a trajetória, as expectativas e desafios dos estudantes indígenas na Universidade de Brasília (RENAULT, 2018); um levantamento bibliográfico sobre o tema saúde mental em contextos indígenas (BATISTA; ZANELLO, 2016); um artigo de articulação teórica a respeito da função social da política pública de cotas (Lei Nº 12.711/2012) e da sub-representatividade dos povos indígenas no Brasil (TERRA; DAVID, 2016); e um relato de experiência de formação profissional com inserção no Parque Indígena do Xingu (MACEDO *et al.*, 2011) (Tabela 2).

Tabela 2: Distribuição dos Trabalhos por Ano.

Base de Dados	Título do Trabalho	Autores	Ano de publicação	Região das comunidades indígenas envolvidas
SciELO Br	Temporalidade e Corpo numa Proposta de Formação do Psicólogo para o Trabalho com Povos Indígenas	Guimarães, D. S., Lima Neto, D. M., Soares, L. M., Santos, P. D. & Carvalho, T. S.	2019	Mbya Guarani, Tekoa Yyrexākã e Tekoa Tangara Mirim (SP)
BDTD	Educação superior indígena na UnB: perfil, trajetória, expectativas e desafios dos estudantes	Renault, C. R. N. dos S.	2018	Kaimbé (BA), Baré (AM), Tupiniquim (ES), Fulniô (PE), Tikuna (AM) e Pataxó (BA, MG)
Periódicos da CAPES	Saúde mental em contextos indígenas: Escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças	Batista, M. Q. & Zanello, V. M. L.	2016	-
BVS-Psi	A função social do acesso ao ensino superior diante da sub representatividade dos povos originários: uma análise acerca da política pública de cotas (lei No 12.711/2012) e da resistência indígena no Brasil	Terra, R. B. M. da R. B. & David, T. D.	2016	-
BVS-Psi	Ao encontro do Outro, a vertigem do eu: o etnopsicólogo em equipes de saúde indígena	Macedo, A. C., Bairrão, J. F. M. H., Mestriner, S. F. & Mestriner Jr., W.	2011	Parque Indígena do Xingu-Alto Xingu (MT)

Fonte: Resultados das pesquisas nas bases de dados. Elaboração própria.

O artigo de Guimarães *et al.* (2019) trata de um estágio/extensão universitária vinculado ao Instituto de Psicologia da USP, realizado junto aos Mbyá Guarani de São Paulo. O ponto central é a potencialidade das fricções geradas pelo choque cultural vivido pelos estagiários na relação com a alteridade radical indígena, sobretudo no que tange à noção/experiência de temporalidade e sintonia.



A dissertação de mestrado da Renault (2018) analisa o perfil, as trajetórias, as expectativas e os desafios encontrados pelos estudantes indígenas da Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa se deu por meio de análise documental de informações sobre os discentes e entrevistas semi-estruturadas com nove estudantes indígenas. A autora reflete criticamente sobre a pouca preparação da universidade para recebê-los, com estruturas engessadas na construção do curso, que acabam por dificultar a permanência deles na instituição. Quanto à questão curricular, evidencia-se que a presença de indígenas no ambiente universitário impõe necessariamente uma reflexão sobre os conteúdos transmitidos e se eles atendem às necessidades específicas desse tipo de população.

O artigo de Batista e Zanello (2016) realizou um mapeamento das produções sobre saúde mental e populações indígenas no Brasil, no período que compreende os anos de 1999 a 2012. Dos 14 artigos encontrados, apenas cinco eram teóricos e 50% não contavam com a participação de psicólogos como pesquisadores e/ou não citavam a etnia sobre a qual a pesquisa foi realizada. A análise dos artigos encontrados revelou escassez de estudos sobre o tema, bem como a reificação dos termos saúde mental e indígenas. As autoras demonstram ainda a falta de questionamento e aprofundamento dos pressupostos epistemológicos, fundamentais na criação de políticas públicas de incentivo, que podem culminar em uma prática etnocêntrica em saúde.

Terra e David (2016) investigaram em seu artigo a (sub)representatividade dos povos originários no intuito de analisar a função social das vagas no ensino superior para estudantes indígenas a partir da Política de Cotas (Lei Nº 12.711, 2012). Eles ressaltam a importância de políticas públicas como essa e apontam a necessidade de mais investigações sobre os processos de aculturação, o despreparo das instituições para receber a comunidade indígena e também a permanência desses estudantes nas instituições de ensino.

Macedo e colaboradores (2011) trazem um artigo com relato de experiência profissional pós imersão da equipe do Projeto Huka-Katu, o qual oferece um estágio e uma disciplina constituídos por duas etapas (uma preparatória e uma inserção no Parque Indígena do Xingu) aos estudantes do curso de graduação em Odontologia da Universidade de São Paulo. Em parceria com o Laboratório de Etnopsicologia, o projeto tem por objetivo discutir em que medida o olhar etnopsicológico e a escuta psicanalítica podem contribuir para a formação do profissional odontólogo frente a contextos indígenas. Os resultados deste estudo demonstram a necessidade de mediação e de uma escuta etnopsicológica, capazes de transformar e preparar os profissionais de saúde para esse encontro intercultural.



Dentre os artigos nos quais houve trabalho de campo, as pesquisas foram realizadas em comunidades indígenas Mbya Guarani (*Tekoa Krukutu, Tekoa Tenondé Porã, Tekoa Ytu e Tekoa Pyau*), nas aldeias *Tekoa Yyrexãkã* e *Tekoa Tangara* Mirim sendo todas elas subgrupos da etnia Guarani (GUIMARÃES *et al.*, 2019). E também no Parque Indígena do Xingu- Alto Xingu - no estado do Mato Grosso (Macedo *et al.*, 2011) mas nesse caso não foi especificada nenhuma etnia com a qual os pesquisadores trabalharam. A pesquisa exploratória (Renault, 2018) contou com entrevistados dos povos Kaimbé, Baré, Tupiniquim, Fulni-ô, Tikuna e Pataxó, mas foi realizada em Brasília-DF.

Os trabalhos encontrados trazem como questão importante a inserção de conteúdos que aprofundem os conhecimentos étnicos e antropológicos acerca dos povos, a presença de indígenas na instituição de ensino superior. Esse resultado evidencia tanto a necessidade de incentivo às políticas de ação afirmativa quanto o comodismo acadêmico diante da colonialidade epistêmica. O ingresso e permanência de estudantes indígenas mostra-se como um desafio a ser encarado, uma vez que a estagnação curricular e institucional pode culminar na evasão dos estudantes indígenas.

Observa-se ainda com essa revisão, a carência de teorizações sobre o trabalho com populações indígenas, o que corrobora com os resultados de Batista e Zanello (2016). A atuação em campo é muito importante principalmente frente a problemáticas urgentes que envolvem soluções rápidas. Porém, a superficialidade teórica e falta de reflexão crítica sobre as bases epistemológicas usadas nos trabalhos pode ter efeito deletério, sabotando a própria produção de conhecimento e atuação em contextos indígenas.

Nesse sentido, se faz necessário atentar-se para o processo de formação dos psicólogos e as respectivas tradições científicas transmitidas nas universidades. Os conhecimentos compartilhados com os graduandos se refletem no preparo, na atuação e na formação continuada dos psicólogos em campo. Kawakami (2019) afirma que a construção curricular é, por vezes, um processo isento de reflexão crítica sobre a produção e reprodução ideológica dos conhecimentos. Para a autora, a falta de reflexão sobre a elaboração curricular promove dois fenômenos: a inquestionabilidade do currículo, devido ao desconhecimento sobre seu contexto de produção, e a universalidade dos saberes difundidos.

3.2 Grade curricular, ementas e corpo docente

Foram mapeadas 13 instituições de ensino, das quais apenas uma é pública (Universidade de Brasília). Todas possuem site institucional, no entanto, somente nove



disponibilizam as matrizes curriculares nesses sites e apenas três possuem as ementas das disciplinas disponíveis para acesso. Após contato por outros meios institucionalizados, outras duas instituições disponibilizaram os documentos requeridos via *e-mail*, totalizando 11 matrizes curriculares e cinco grades curriculares com ementas.

Para a análise curricular foram lidas na íntegra as matrizes disponibilizadas pelas 11 Instituições de Ensino Superior (IES). Após leitura e análise de título de um total de 774 disciplinas, apenas 23 indicavam possíveis relações com os objetivos deste artigo. Em análise subsequente foram lidos os conteúdos das potenciais disciplinas, 12 (1,55%) disciplinas apresentavam relação com a temática buscada, destas, nove (1,16%) possuíam temáticas étnico-raciais e/ou antropológicas e apenas três (0,38%) tratavam diretamente de povos indígenas. A Tabela 3 mostra a relação das 12 disciplinas, bem como o caráter optativo ou obrigatório em cada instituição.

Tabela 3: Modalidade das disciplinas incluídas.

Instituição	Disciplina(s)	Modalidade
Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)	- Áreas Afins Do Conhecimento Psicológico- Questões Antropológicas - Campos De Atuação E Investigação: Psicologia Social	Obrigatória
Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU)	Comportamento e Sociedade	Obrigatória
UniPROJEÇÃO	Direitos Humanos	Optativa
Universidade de Brasília (UnB)	- Antropologia do Gênero - Antropologia Urbana - Sociedades Complexas - Teoria antropológica I - Antropologia da Religião - Geografia Cultural - Antropologia Cultural - Introdução à Antropologia	Optativas (cadeias curriculares)*

Fonte: Levantamento com as instituições de ensino. Elaboração própria.

*As cadeias curriculares configuram grupos de disciplinas relacionadas. A instituição impõe a obrigação de cursar pelo menos uma das disciplinas da cadeia, sem especificação.

Com as informações da Tabela 3 é possível ver que há discrepância quanto à disponibilidade de disciplinas com caráter étnico-racial e/ou antropológico frente ao tipo de Instituição de Ensino Superior (pública ou privada). A UnB, única instituição pública analisada neste estudo, possui aproximadamente o dobro (oito) de disciplinas ofertadas pelas instituições particulares (quatro). Porém, é necessário analisar, além da quantidade, o caráter obrigatório ou optativo dessas disciplinas. Desse modo, nota-se que as disciplinas ofertadas pela UnB são todas optativas, ou seja, fica a cargo do estudante cursá-las ou não, bem como escolher qual delas cursar. Dentre as disciplinas ofertadas por instituições particulares, entretanto, apenas uma é optativa, enquanto as três demais são obrigatórias.



Ressalta-se o fato de que, nas universidades e faculdades privadas, todas as disciplinas são fornecidas pelos próprios departamentos de Psicologia. Isso pode demonstrar a baixa articulação com os demais cursos e pouca flexibilização dos currículos, que são em sua maioria fechados e com disciplinas previamente estabelecidas. A padronização da formação pode suprimir o interesse em temáticas pouco exploradas e dificultar o encontro com o pensamento decolonial, caso isso não seja abordado ao longo do curso.

Em contrapartida, todas as disciplinas levantadas na Universidade de Brasília são ofertadas fora do Instituto de Psicologia, sendo responsabilidade dos Departamentos de Antropologia (DAN) (sete) e de Geografia (uma). Esse deslocamento da oferta vai ao encontro do ideal de formação proposto por Darcy Ribeiro, um dos fundadores da UnB, que dentro do pilar “Ensino”, sugere uma maior circulação entre os cursos existentes. Essa possibilidade de trânsito facilita a articulação de saberes e a interdisciplinaridade, que contribuem para uma formação mais abrangente e diversificada.

Porém, atualmente essa possibilidade parece culminar na não responsabilização do Instituto de Psicologia de estar à frente no fornecimento de disciplinas que articulem diretamente a Psicologia aos povos tradicionais. Visando não apenas uma possível área de atuação, mas um encontro que permita a descolonização dos saberes e estimule a criticidade na formação com indivíduos e profissionais de maneira horizontal. A tomada de responsabilidade da Psicologia é fundamental para que a transdisciplinaridade seja efetiva e não isole as possibilidades de atuação.

Ainda, por se tratar de uma instituição pública que recebe estudantes de mestrado e doutorado com alta rotatividade, a UnB apresenta grande variedade de conteúdos optativos ofertados por semestre. Parte das disciplinas é oferecida por mestrandos e doutorandos sob supervisão, como parte de seus estágios de docência. As disciplinas descritas como “tópicos” podem abarcar uma série de temáticas, incluindo as indígenas, como ocorrido em 2019 na disciplina “Tópicos em Psicopatologia: Saúde Indígena” uma vez que dependem, em muitos casos, da área de estudo dos pós-graduandos. Dessa maneira, estudos étnicos retornam ao ciclo de dependência de interesses pessoais, e não de formação coletiva, para que sejam apresentados com relevância ainda na graduação.

Para complementar a análise quantitativa, foi realizada uma análise qualitativa dos conteúdos abordados nessas disciplinas por meio das ementas. Analisar apenas a grade curricular e os nomes das disciplinas não permitem grandes inferências sobre o aprofundamento



do curso em determinados temas e impossibilita a comparação com as demais instituições de ensino. Essa fase de análise contou com baixo levantamento tanto por falta de resposta como por não disponibilização dos dados solicitados.

A dificuldade para o acesso às ementas vai na contramão ao que consta no art. 47 da Lei nº 9.394 (1996, 20 de dezembro) o qual diz que as instituições deverão: informar aos interessados os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação. Observa-se que a burocratização da disponibilidade do documento afeta diretamente o poder de escolha dos estudantes quanto à própria formação.

Das 12 disciplinas analisadas, apenas três falam diretamente sobre povos indígenas: Introdução à Antropologia, Antropologia Cultural e Geografia Cultural. Outras nove disciplinas tratam o tema de forma transversal, a partir de tópicos como tradições e culturas, identidades e marcadores sociais, direitos humanos e diversidade humana. Dentre as disciplinas com bibliografia disponível, apenas quatro explicitam possuir autores não brancos. Como limitação há o fato de que nem todas as ementas disponibilizam a data da última atualização, podendo ou não se tratar de conteúdos recentes.

A partir da análise das ementas das disciplinas, observa-se que mesmo mostrando alguma proximidade com a temática étnico-racial, esse contato ainda é feito de maneira superficial. As descrições das ementas apontam como foco temas amplos como a diversidade humana, direitos humanos, culturas e tradições. Mesmo aquelas que abordam a temática de forma mais direta, o fazem de forma pontual. Já aquelas que perpassam pelo tema transversalmente, a adoção da temática ou seu interesse está a cargo do docente.

A predominância de autores brancos, estadunidenses e europeus nas bibliografias das ementas disponibilizadas, sinalizam o compromisso destas universidades com uma matriz epistemológica ocidental e eurocentrada. Ressalta-se ainda, que as disciplinas com maior contato com a temática étnico-racial, sejam eles diretos ou transversais, são interpeladas majoritariamente pelos estudos da Antropologia.

Das treze IES analisadas aqui, apenas quatro disponibilizaram a relação do corpo docente do curso. Assim, dos oitenta e um professores somente doze (14%) possuem experiência em temáticas indígenas ou étnico-raciais, seja por meio de especialização *stricto sensu* ou *lato sensu* e/ou pesquisas, artigos ou trabalhos técnicos de autoria na área. Considerando que essas disciplinas são ofertadas, em sua maioria, como optativas, estas



carecem de maior mobilização das unidades acadêmicas para serem disponibilizadas. A pouca aproximação do corpo docente com o tema pode ser um dos fatores que interferem na ausência de disciplinas a esse respeito nos currículos.

Sem uma formação que questione os saberes instituídos tradicionalmente é possível que tais práticas possam ser, tão somente, uma reprodução da violência institucional e colonizatória já praticada historicamente a esses povos, corroborando com Damasceno e Zanello (2018) e Batista e Zanello (2016) quando afirmam que o preparo para uma atuação que leve em conta a diversidade de cosmogonias não tem sido observado nas pesquisas a esse respeito.

O levantamento proposto aqui convida a refletir acerca do caráter incipiente das discussões nos currículos de Psicologia e sua consequência para a formação deste profissional. Os resultados apontam para uma manutenção de currículos em que pouco são abordadas questões étnico-raciais, com escassa formação nesta temática por parte dos docentes em suas próprias trajetórias acadêmicas. Assim, as disciplinas levantadas que tinham mínima relação com esses assuntos, foram encontradas muitas vezes à margem do currículo, com um caráter de mera complementação da formação (KAWAKAMI, 2016).

A inserção dessa temática na base curricular e a obrigatoriedade de contato com discussões acerca de etnia, raça e povos indígenas possibilitaria uma subversão à imposição dos conhecimentos ideologicamente hegemônicos. O Conselho Federal de Psicologia afirma que “a distribuição e frequência dos temas tratados na graduação ilustram o que provavelmente será considerado relevante pelas(os) psicólogas(os) formadas(os)” (Conselho Federal de Psicologia, 2017, p. 105), tendo isto em vista, se faz necessária uma atuação contextualizada à realidade brasileira e compromissada com as minorias sociais e para tanto é essencial a implementação desta discussão nos currículos. Desse modo, o acesso a essas discussões durante a formação poderia gerar maior engajamento entre os profissionais quanto a questões étnico-raciais, gerando futuramente um possível aumento nas produções acadêmicas sobre esse tema.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperou-se com este trabalho apresentar um panorama da formação sobre Psicologia e povos indígenas no DF, por meio do levantamento da oferta de disciplinas e das ementas apresentadas nos cursos de formação e análise de currículo dos docentes. Além do pequeno número de publicações sobre o tema, as informações cedidas pelas instituições mostraram uma formação deficitária com pouco envolvimento com a temática. A atenção, discussão e qualificação para o trabalho junto a povos indígenas está sendo negligenciada.



A baixa presença de disciplinas com conteúdo étnico-racial nos cursos de Psicologia do DF, assim como a pouca ou nenhuma formação dos professores nesta temática, refletem a validação que os currículos concedem ao modelo ocidental de conhecimento, proporcionando pouco ou nenhum debate em relação a grupos minoritários (KAWAKAMI, 2019). Desse modo, faz-se mister uma maior interlocução com epistemologias latinas e teorias decoloniais/críticas para o questionamento de uma atuação compatível com as realidades diversas dos povos indígenas. Em conjunção com essas perspectivas e abordagens, faz-se essencial compreender o conhecimento para além do conteúdo - objeto externo aos sujeitos, naturalizado e inquestionável - e elaborá-lo enquanto fenômenos que concretizam subjetividades, tanto por representá-las, quanto por gerá-las (KAWAKAMI, 2019).

A colonização/modernidade permeia o campo do poder, do saber e do ser. As práticas colonizatórias se perpetuam dentro das lógicas econômica, política, cognitiva, existencial, subjetiva, dentre outras, que foram implementadas no período colonial e perduram até os dias atuais. Questiona-se a manutenção dessa lógica no exercício da Psicologia e pauta-se a necessidade de alinhamento com o movimento de resistência política e epistêmica que visa a superação da colonialidade, o giro decolonial (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2019). Urge o desenvolvimento de uma Psicologia decolonial, que questione a hegemonia branca, a reificação de conceitos ocidentais, o apagamento de variações interculturais e que compreenda a centralidade da cultura nas formulações subjetivas.

A decolonialidade do saber inclui o conceito de localização corpo-geopolítica do conhecimento. Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019) discutem a urgência de descolonização dos currículos universitários e de que esse movimento se torna mais visível a partir da implementação de cotas nas universidades federais. Os estudantes negros e indígenas necessitam de produções de conhecimentos que se adaptem ao seu ser, a suas experiências vividas, a suas comunidades. Os autores apontam que essa necessidade ressoa ainda no pólo hegemônico, pois o mesmo precisa passar por uma desimperialização, superando a negligência com as outras construções de saber, de organizações da vida político-social e de existência.

Ressalta-se a importância da transversalidade dos debates decoloniais. Frequentemente, a discussão acerca dos currículos sintetiza que a inserção de temáticas na grade curricular aconteça por meio da criação de novas disciplinas, no entanto, a transversalidade se mostra essencial para uma real mudança epistemológica na formação de psicólogos. Não basta a inserção de novas disciplinas que abarquem um debate social e cultural qualificado, é



primordial que esse debate percorra todas as disciplinas, obrigatórias e optativas, independente do departamento que as oferte.

Nesse processo de deslocamento nos cânones do saber, faz-se necessário também fomentar protagonismo e autoria indígena através de políticas de inclusão, em conjunto com reformulações da forma e das estruturas utilizadas pelas instituições as quais amparam essa mudança epistêmica. Ademais, esse contato pode ser proveitoso quanto à reflexão frente a temáticas transversais, como saúde mental em contextos universitários, já que abre espaço para debater assuntos como a quantidade de disciplinas, carga de leitura, frequência, avaliação, entre outros, como apontado na dissertação levantada de Renault (2018).

Entretanto, essas discussões muitas vezes sofrem com empecilhos das próprias universidades, já que não há interesse institucional e concedimento de espaços para debatê-los. As universidades públicas e federais se encontram em posição privilegiada já que contam com a Política de Cotas, implementada em 2012. A Universidade de Brasília se mostrou exemplo, sendo a primeira universidade federal a aprovar cotas raciais em 2003, e implementá-las efetivamente em 2004, além da implementação do vestibular indígena em 2004 (RENAULT, 2018). Com essas medidas, a inserção de pessoas negras e indígenas fomentam debates decoloniais além de transformar as academias em ferramenta política para conquista de direitos e para reparação histórica de dominação, desvalorização e marginalização dessas populações subalternizadas.

Em recomendação ao Conselho Nacional de Saúde, em 2018 foi publicado um parecer técnico como proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para formação em Bacharel em Psicologia (Parecer Técnico n.346, 2018). O parecer menciona que a formação de professores de Psicologia deve ser comprometida com a construção crítica e criativa de ações e pensamentos. No artigo 37º, parágrafo 2º, letra b, há a proposta de complementaridade da formação de professores nos temas “História da África e História Indígena”, a fim de ampliar os conhecimentos sobre a cultura brasileira e auxiliar no enfrentamento ao racismo e discriminações. Entretanto, para as outras modalidades de formação em Psicologia não há diretrizes que levem em conta aspectos étnico-raciais.

Sendo assim, ressalta-se a contribuição da Antropologia para a Psicologia. Embora nem todo conhecimento em Antropologia seja decolonial, esta é uma ciência que tem por característica estudar com mais afinco outras culturas. A imersão em outra área do conhecimento contribui para a pluralização da formação e para a ampliação das visões de



mundo e compartilhamento de saberes. A interdisciplinaridade e a formação continuada são pontos fundamentais para a formação do psicólogo, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia (CNS, 2018), e isso deve ser explorado com seriedade pelas Instituições de ensino.

Este estudo teve como limitação o fato de ser realizado apenas com as faculdades e universidades do Distrito Federal, portanto sugere-se a ampliação dessa investigação para âmbito regional, ou até mesmo nacional, a fim de verificar como se encontra a formação de psicólogos no Brasil em relação à adesão da temática étnico-racial. Outro fator limitante foi a pouca disponibilização das informações referentes à grade curricular, à ementa e ao corpo docente das instituições de ensino. Isso dificultou as análises e questionamentos a respeito dos conteúdos trabalhados na formação de futuros psicólogos. Vale destacar a importância da transparência e da constante atualização dessas informações por parte das instituições de ensino para averiguar se as DCNs estão sendo cumpridas e até mesmo para que os próprios estudantes tenham acesso aos conteúdos abordados ao longo do curso.

Conclui-se que, para proporcionar formação qualificada para os profissionais que atuarão com populações indígenas, é necessário o acesso a trabalhos produzidos com bases epistemológicas firmadas em abordagens críticas e questionadoras. Geralmente, os pesquisadores optam por determinado tema e objeto de estudo de acordo com experiências da sua própria formação, ou seja, durante a graduação e a pós-graduação. Caso haja pouco ou nenhum contato com essas temáticas é pouco provável que elas sejam até mesmo consideradas como opção. Dessa maneira, é possível observar uma relação de interferência mútua, quase cíclica, entre teoria e prática, o que faz com que seja de extrema necessidade não apenas inserir discussões étnico-raciais nos espaços acadêmicos, como também fomentar atuação e produção frente a essas temáticas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2009.

BATISTA, M.; ZANELLO, V. Saúde mental em contextos indígenas: escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 21 n. 4, p. 403-414, 2016. Disponível em: doi:10.5935/1678-4669.20160039. Acessado em Set. 2022.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.



BRASIL, Ministério da Educação. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Recuperado de <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11688647/artigo-47-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>

BRASIL, Ministério da Saúde. *Parecer Técnico CNS, n. 346, de 13 de setembro de 2018*. Dispõe sobre as recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de **Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia**. Recuperado de https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52748594/do1-2018-11-30-resolucao-n-597-de-13-de-setembro-de-2018-52748138

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Centro de Referências Técnicas em Políticas Públicas. **Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/5938_relacoes-raciais-referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-2017. Acessado em Set. 2022.

DAMASCENO, M.; ZANELLO, V. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 450-464, 2018. Disponível em: 10.1590/1982-37030003262017. Acessado em Set. 2022.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRAZ, I.; DOMINGUES, E. A Psicologia Brasileira e os Povos Indígenas: Atualização do Estado da Arte. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 36, n.3, p. 682-695, 2016. Disponível em: doi:10.1590/1982-3703001622014. Acessado em Set. 2022.

GUIMARÃES, A. S. A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001. Disponível em: 10.1590/S0103-20702001000200007. Acessado em Set. 2022.

GUIMARÃES, D. S. *et al.* . Temporalidade e Corpo numa Proposta de Formação do Psicólogo para o Trabalho com Povos Indígenas. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, p. 147-158, 2019. Disponível em: 10.1590/1982-3703003221929. Acessado em Set. 2022.

KAWAKAMI, E. A. Currículo, ruídos e contestações: os povos indígenas na universidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.24, p. 1-18, 2019. Disponível em: 10.1590/s1413-24782019240006. Acessado em Set. 2022.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a “Psicologia”. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 10-19.

MACEDO, A. C. *et al.* Ao encontro do Outro, a vertigem do eu: o etnopsicólogo em equipes de saúde indígena. **Revista SPAGESP**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 85-96, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702011000200009&lng=pt&nrm=iso. Acessado em Set. 2022.

OZELLA, S. Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 120-143, 1996. Disponível em: https://www.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=539. Acessado em Set. 2022



RENAULT, C. R. N. **Educação superior indígena na UnB:** perfil, trajetória, expectativas e desafios dos estudantes. 2018. 91p. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2553>. Acessado em Set. 2022

SOUSA, F. R. **Povos indígenas e saúde mental:** a luta pelo habitar sereno e confiado. 2018. 159p. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-19072018-102952/pt-br.php>. Acessado em Set. 2022

TERRA, R.; DAVID, T. A função social do acesso ao ensino superior diante da sub representatividade dos povos originários: uma análise acerca da política pública de cotas (lei No 12.711/2012) e da resistência indígena no Brasil. **Barbarói**, *Santa Cruz*, v. 47, p. 107-124, 2016. Disponível em: 10.17058/barbaroi.v0i47.9561. Acessado em Set. 2022.